

INSTITUTO
de Documentação
FUNDAMENTAL
FONTE: *Oslebo*
Data: 3/10/98 Pg. 14
Class. *100 X9 História*

729-9-98



AS ÍNDIAS PATAXÓS em encontro de mulheres indígenas: consideradas vítimas de cirurgias de laqueadura de trompas

Ministério quer que seja crime entrar sem autorização em áreas indígenas

Presidente da Funai contestará denúncia à OEA contra o Governo federal

Isabel de Paula

• BRASÍLIA. O Ministério da Justiça estuda uma proposta de projeto de lei para considerar crime o ingresso em área indígena sem autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai). O presidente da Funai, Sullivan Silvestre, defende punição com detenção para evitar que índios sejam explorados por manobras políticas em época de eleição. Se houvesse a lei, diz Silvestre, o médico e deputado federal Roland Lavigne (PFL-BA) — acusado de promover em 1994 laqueaduras de trompas em índias pataxós do Sul da Bahia, em troca

de votos — poderia ter sua inelegibilidade declarada no Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

—Foi um ato inescrupuloso do deputado. Com certeza, depois da lei as pessoas vão pensar duas vezes antes de entrar em área indígena— afirma Silvestre.

Para presidente da Funai, crime é de lesão corporal grave

A exigência de autorização para entrada em reserva indígena consta do Estatuto do Índio, de 1973, mas não é regulamentada. Segundo Silvestre, a regulamentação começou a ser estudada pelo Ministério da Justiça depois que

O GLOBO publicou, em 30 de agosto, reportagem sobre a oferta de cirurgias de ligadura de trompas a índias pelo deputado Lavigne, que tenta a reeleição.

Insatisfeito com a denúncia de genocídio contra o Governo federal que o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) fará quarta-feira à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington, Silvestre irá à capital dos EUA segunda-feira com documento de contestação. Para o Cimi, a esterilização das índias foi tentativa de exterminar a comunidade indígena. Para a Funai, trata-se de caso de lesão corporal grave. ■